

**Acampamento Zé Maria do Tomé: lutas sócio-ambientais e saberes que se constroem na
Chapada do Apodi – CE**

**Zé Maria from Tomé Camp: socio-environmental struggles and knowledge that are
being built in Chapada from Apodi - CE**

**Campamento Zé Maria del Tomé: luchas socioambientales y conocimiento que se
construyen en la Chapada del Apodi - CE**

Recebido: 06/08/2020 | Revisado: 11/08/2020 | Aceito: 12/08/2020 | Publicado: 17/08/2020

João Paulo Guerreiro de Almeida

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3055-8182>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

E-mail: joaopaulo.guerreiro@ifce.edu.br

Lunian Fernandes Moreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6393-165X>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: lunian.moreira@aluno.uece.br

Ângela Thaís da Silva Brito

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3552-5662>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: thaisbrtangela@gmail.com

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0759-2788>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: sandra.gadelha@uece.br

José Ernandi Mendes

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5253-1565>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: ernandi.mendes@uece.br

Diana Nara da Silva Oliveira

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2710-1904>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: diana.nara@uece.br

Resumo

Nesta pesquisa, objetivamos identificar o fenômeno educativo expresso na luta dos sujeitos sócio-históricos do Acampamento Zé Maria do Tomé/Chapada do Apodi-Ceará, avaliando os diálogos que se constroem entre os saberes populares dos acampados e os grupos acadêmicos universitários na troca de conhecimentos que possibilitam um processo de conscientização e desvelamento de realidade. A metodologia consistiu em observação direta de experiências de educação não-formal nos movimentos sociais, no período compreendido entre 2014 e 2019. Para isto, desenvolvemos um estudo qualitativo, do tipo descritivo e explicativo a partir de pesquisa de campo, referenciado em Freire (2019), Brandão (2007) e Gohn (1995 e 2001). Refletimos sobre as lutas sócio-ambientais da Chapada do Apodi e sua implicação na formação da consciência crítica de acampados. Como resultados da pesquisa de campo, pudemos perceber princípios de organização social, luta e resistência, oriundos da conscientização política, permitindo concluir que estes sujeitos têm buscado formas de resistência e organização para superar as adversidades encontradas no cotidiano, na perspectiva de romper com o desenvolvimento contraditório do capital rural naquele território, articulando estas práticas sociais à construção de saberes junto aos grupos universitários.

Palavras-chave: Educação e movimentos sociais; Educação não-formal; Aprendizados.

Abstract

In this research, we aim to identify the educational phenomenon expressed in the struggle of the socio-historical subjects of the Zé Maria from Tomé / Chapada from Apodi-Ceará Camp, evaluating the dialogues that are built between the popular knowledge of the campers and the academic academic groups in the exchange of knowledge that enable a process of awareness and unveiling of reality. The methodology consisted of direct observation of experiences of non-formal education in social movements, in the period between 2014 and 2019. For this, we developed a qualitative study, of the descriptive and explanatory type from field research, referenced in Freire (2019), Brandão (2007) and Gohn (1995 and 2001). We reflected on the socio-environmental struggles of Chapada from Apodi and its implication in the formation of the critical conscience of campers. As a result of the field research, we could perceive principles of social organization, struggle and resistance, from political awareness, allowing us to conclude that these subjects have been looking for forms of resistance and organization to overcome the adversities found in daily life, in the perspective of breaking with the

contradictory development of capital in that territory, articulating these social practices to the construction of knowledge with university groups.

Keywords: Education and social movements; Non-formal education; Learnings.

Resumen

En esta investigación, buscamos identificar el fenómeno educativo expresado en la lucha de los sujetos sociohistóricos del Campamento Zé Maria del Tomé / Chapada del Apodi-Ceará, evaluando los diálogos que se construyen entre el conocimiento popular de los campistas y los grupos académicos académicos en el intercambio de conocimiento que permiten un proceso de conciencia y develación de la realidad. La metodología consistió en la observación directa de las experiencias de educación no formal en los movimientos sociales, en el período comprendido entre 2014 y 2019. Para ello, desarrollamos un estudio cualitativo, del tipo descriptivo y explicativo de la investigación de campo, referenciado en Freire (2019), Brandão (2007) y Gohn (1995 y 2001). Reflexionamos sobre las luchas socioambientales de Chapada del Apodi y su implicación en la formación de la conciencia crítica de los campistas. Como resultado de la investigación de campo, pudimos percibir principios de organización social, lucha y resistencia, surgidos de la conciencia política, permitiéndonos concluir que estos sujetos han buscado formas de resistencia y organización para superar las adversidades encontradas en la vida diaria, en la perspectiva de romper con el desarrollo. contradictorio del capital rural en ese territorio, articulando estas prácticas sociales a la construcción del conocimiento con los grupos universitarios.

Palabras clave: Educación y movimientos sociales; Educación no formal; Aprendizajes.

1. Notas introdutórias

O campo brasileiro permanece tensionado pela luta dos trabalhadores rurais por terra, condições dignas de vida, preservação dos recursos naturais e políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e camponesa. Lócus desta investigação, a Chapada do Apodi, situada na divisa dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, vem sendo palco de confrontos entre pequenos agricultores e latifundiários de fruticultura com fins de exportação. Estas empresas de monocultivo adentraram à Chapada munidas da narrativa da geração de empregos e desenvolvimento, contudo, sua chegada ocasionou a apropriação de terras e da água das comunidades, mediante políticas públicas de favorecimento ao grande capital agrícola implementadas pelo estado (Almeida *et al*, 2020).

Trata-se um território de grandes investidas do agronegócio, o que vem ocasionando desde a expulsão dos camponeses de suas terras a problemas na saúde da população, degradação do meio ambiente e fechamento de escolas. Não obstante, estes fatos desencadeiam uma série de conflitos entre o campesinato regional e os empresários capitalistas, os quais serão explorados nos tópicos a seguir.

Na esteira dessa realidade, percebe-se que o processo de exploração da força de trabalho e expropriação dos camponeses interfere diretamente no cotidiano da Chapada, fato acompanhado da resistência dos sujeitos históricos daquele território ao modelo de desenvolvimento proposto pelo Agronegócio. Estes confrontos, pouco amistosos, culminaram na morte do líder ambiental José Maria Filho, da comunidade Tomé - Limoeiro do Norte, em virtude de suas denúncias aos desmandos do agronegócio na Chapada. Todavia, impulsionou o levantar de vozes naquele território, que desde então clama por justiça social e contrapõe-se à negação de direitos.

Deste processo de coletivização nascem experiências contra-hegemônicas e práxis político-educativas, como a organização de moradores de várias comunidades da Chapada do Apodi, no sentido de buscar o direito a terra e moradia no entorno do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA)¹. A força e resistência destes pequenos agricultores, apoiada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), possibilitou a ocupação de terras situadas nas adjacências do PIJA, a cinco de maio de 2014, eclodindo na formação do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Diante desta breve contextualização, cabem duas indagações: Que mudanças ocorreram no modo de vida da população da Chapada do Apodi e ocasionaram esta conscientização? Quais saberes foram construídos na luta e troca de experiências entre os membros do Acampamento e os demais movimentos/entidades envolvidas na luta?

Este trabalho tem como objetivo identificar o fenômeno educativo expresso na luta dos sujeitos sócio-históricos do Acampamento Zé Maria do Tomé, avaliando os diálogos que se constroem entre os saberes populares dos acampados e os grupos acadêmicos universitários na troca de conhecimentos que possibilitem um processo de conscientização e desvelamento de realidade.

¹ O Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi - PIJA teve sua construção iniciada no ano de 1987, sob a responsabilidade Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS. Prometendo à população melhorias para a economia local e o desenvolvimento da agricultura, o perímetro instalou-se na região e a realidade se construiu na contramão das promessas iniciais, gerando uma série de consequências que atingiram diretamente a vida e a produção dos camponeses da região, conforme aponta (Freitas, 2010, p. 90-105).

2. Caminhos da investigação

Esta pesquisa foi desenvolvida na Chapada do Apodi, a partir de observação direta de experiências de educação não-formal nos movimentos sociais, durante os anos de 2014 a 2019. Para isto, traçamos um percurso qualitativo, do tipo descritivo e explicativo a partir de pesquisa de campo. Pereira et al. (2018) explicitam que nos métodos qualitativos “é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo” (p. 67). Desta forma, partimos do entendimento de que as ações desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais articulam-se diretamente à formação da consciência crítica dos sujeitos envolvidos nas lutas, logo, possuem um caráter educativo. Portanto, a fim de discutir as categorias de educação e movimentos sociais, optou-se por análises bibliográficas à luz de Freire (2019), Brandão (2007) e Gonh (1995, 2001).

Na pesquisa de campo, refletiu-se, diante do contato com os sujeitos sociais da Chapada do Apodi e/ou membros da Acampamento Zé Maria do Tomé, sobre a luta dos acampados(as) e a formação de sua consciência crítica. Assim, analisamos os momentos educativos oriundos da prática social em defesa do território, saúde e educação na Chapada do Apodi, bem como os momentos de interação entre os saberes populares e os saberes acadêmicos, decorrentes de projetos de extensão realizados pelo Laboratório de Estudos da Educação do Campo - LECAMPO no âmbito do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, tem-se como referência a matriz metodológica dialética, que comporta duas categorias essenciais ao estudo: a contradição e a totalidade. O uso da categoria contradição na compreensão dos fatos que serão apresentados mostrou-se imprescindível por se tratar de um contexto de disputas entre os que detêm os meios de produção e os que possuem apenas a força de trabalho; diante deste cenário, a segunda categoria, totalidade, mostra-se essencial para a compreensão do fenômeno em suas múltiplas relações com o contexto macro que vem conduzindo a política de neodesenvolvimentismo² no campo.

3. Chapada do Apodi: território de disputas

No tocante ao contexto referente à luta dos trabalhadores(as) por terra e direitos subjetivos, Vendramini (2000) situa que conflitos existentes no meio rural são consequências da divisão de classes e subordinação dos trabalhadores. De acordo com a autora:

² Ver Sampaio Jr (2012).

No campo brasileiro, observamos a presença de assalariados temporários e permanentes, arrendatários, meeiros, produtores integrados às agroindústrias e produtores familiares que possuem alguns meios de produção, porém não suficientes para prover a sua subsistência, ao lado de produtores tecnificados e empresas capitalistas que dominam a produção rural. Em síntese, presenciemos situações distintas, opostas, com interesses divergentes, podendo ser marcadas por “bandeiras” ideológicas opostas (Vendramini, 2000, p. 24).

Lima, Vasconcelos e Freitas (2011) destacam que a exploração e expropriação de pequenos produtores rurais se registram na região do Baixo Vale do Jaguaribe, no entorno do perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, em confronto com as agroindústrias de produção de fruticultura para exportação ali instaladas desde os anos de 1990. Segundo Carvalho (2013):

O acirramento das questões focalizadas, principalmente ao se contraporem ao modelo de produção com uso massivo de agrotóxicos através de pulverização aérea, que os expulsam de suas terras, tornando-os subalternos e convertendo-os em força de trabalho assalariada, eclodiu no assassinato do líder comunitário José Maria do Tomé, no município de Limoeiro do Norte, em 21 de abril de 2010, como retaliação às denúncias que fazia sobre os desmandos do Agronegócio na Chapada do Apodi (p. 253).

Este fato, que teve repercussão internacional, suscitou a organização de vários movimentos, sindicatos, associações de moradores da Chapada, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAAP), envolvendo, ainda, as Universidades Federal (UFC) e Estadual (UECE) e Igreja Católica no Vale do Jaguaribe, os quais fundaram o Movimento 21 (M21), que desde então vêm atuando na perspectiva de identificação e condenação dos assassinos de Zé Maria do Tomé e, sobretudo, propõe-se a denunciar e se contrapor ao modelo agrícola que se estabeleceu na Chapada do Apodi, envolvendo o Perímetro Irrigado e o seu entorno (Almeida & Carvalho, 2012).

De acordo com Carvalho (2013, p. 252),

O Movimento 21 constitui-se como expressão de reação ao avanço do capital no campo brasileiro, o qual se expande através do agronegócio, e a consequente

ampliação dos latifúndios, expulsando e submetendo os trabalhadores rurais, alterando profundamente o equilíbrio ambiental com o desmatamento necessário à monocultura e o uso massivo de agrotóxico com produção voltada à exportação.

Desde sua criação em 2010, o M21 vem atuando na Chapada e suas ações tornaram-se objetos de investigação para pesquisadores de diferentes áreas. Em estudo realizado sobre o M21 no contexto de luta da Chapada do Apodi, Almeida & Carvalho (2012) relataram que a criação do referido movimento possibilitou maior organização e conscientização de moradores da Chapada a fim de promoverem uma ação coletiva para contestação da ordem que ali se estabelecia. O cenário modificou-se a partir da atuação do M21, pois até então os moradores manifestavam certa temeridade a contestar os fenômenos sociais que se desenvolviam nas comunidades circunvizinhas, em virtude da retaliação sofrida por Zé Maria do Tomé.

Estes processos de conscientização, coletivização e construção de novos saberes promovidos pelos grupos envolvidos no M21 influenciaram na organização de moradores da Chapada do Apodi a ocupar 1.700 hectares de terras improdutivas no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), no ano de 2014, participando deste momento 11 (onze) comunidades da Chapada. Neste compasso, a conjugação de forças organizava no local o Acampamento Zé Maria do Tomé, em alusão à morte do líder comunitário José Maria Filho da comunidade Tomé, Limoeiro do Norte - CE.

Atualmente, o Acampamento Zé Maria do Tomé vem construindo sua história como comunidade de organização e resistência, comprovando à população regional que a união dos trabalhadores é necessária e crucial para o enfrentamento ao modelo de produção imposto pelo agronegócio. Nesse ínterim, as 120 (cento e vinte) famílias que continuam no projeto de ocupação e dão ressonância às reivindicações da população local, mostram aos diversos setores da sociedade civil que, embora as empresas instaladas na região prometessem desenvolvimento, avanço e empregabilidade, acontecia o oposto, uma vez que a vida, saúde e permanência do camponês em suas terras foram e são diariamente ameaçadas, como afirmam Cavalcante (2019), Silva (2014) e Freitas (2010). Assim, se com a chegada das empresas ocorreu um processo de des-envolvimento com o campo e com a produção neste espaço - uma vez que muitas comunidades foram e ainda estão sendo evacuadas, o fluxo migratório tornou-se concreto e constante -, as reações coletivas a esta realidade podem subverter tal lógica.

Nesse processo, percebe-se, na prática, que a organização da classe trabalhadora é, por natureza, educativa. As simbologias e ações interferem diretamente no processo de

(trans)formação dos sujeitos e emersão de suas consciências, conforme relata o acampado Ribamar: “Aprendi muita coisa depois que cheguei aqui (...) sobre os movimentos, a gente não tinha nenhum conhecimento, hoje já é diferente, né?! A gente sabe que a união é quem faz a força... e tem mais coisas que a gente vai aproveitando, que motiva a gente continuar lutando”.

Para além da formação política observada na fala do acampado acima mencionado, são desenvolvidas atividades que possibilitam a construção de novas alternativas no campo da produção agrícola, dentre elas, destacam-se os cursos de agroecologia promovidos pelo MST e M21. A acampada Mônica relata sobre a importância dos aprendizados acerca dessa nova alternativa de produção: “O que eu achei mais interessante que eu aprendi, é que todos lá fora ‘diz’ que não dá pra produzir sem veneno e eu sei que dá, porque a gente tenta aqui e sabe que dá, pra produzir sem agrotóxico”.

Destarte, mesmo diante das incansáveis investidas do capital agrário para desarticular a luta dos camponeses, no ano de 2020, o Acampamento Zé Maria do Tomé comemorou seis anos de existência e resistência. Marcam sua trajetória incipiente, quatro ordens de reintegração de posse, fato que demonstra o projeto capitalista em curso no campo e os meios que se utilizam para atingir seus objetivos.

No bojo desses conflitos, mesmo em meio às ameaças de represálias sofridas durante os processos de reintegração, a referida comunidade de resistência mostra que, para além de organização, o processo de ocupação é educativo e possibilita a construção de saberes, bem como a conscientização dos sujeitos, fatores que os permitem enxergar as mazelas sociais e compreender que compõem uma classe subalternizada na história. São os esfarrapados, roubados de sua humanidade e vocação de Ser Mais, a quem Paulo Freire se referiu na Pedagogia do Oprimido. No entanto, cabe registrar que o paradigma libertador pressupõe uma práxis - ação e reflexão para a transformação -, e o que seria o levantar de vozes na Chapada do Apodi? Consistem em saberes e processos educativos vinculados à prática social, a seguir explorada.

3.1. Problematização da realidade vivenciada e saberes que se constroem

Professores da Escola de Ensino de Fundamental Joaquim Dino Gadelha, da comunidade Cabeça Preta, localizada na Chapada do Apodi, perceberam que após ocupação das terras no PIJA, houve certa temeridade da população da comunidade no que concerne ao movimento iniciado pelos moradores na intenção de lutar pelas terras, que embora já cedidas

pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, estavam sendo ocupadas ilegalmente pelos latifundiários.

Inicialmente, as crianças mostravam certo receio de frequentar as aulas, pois segundo elas, havia risco de serem atacadas pelos “sem-terra” a caminho da escola. Diante desta realidade, os professores contam que precisaram fazer alterações no plano de aula, incluindo conversas informais sobre os motivos que os levavam (os alunos) a pensarem daquela forma. Alguns pontos relevantes sobre as lutas envidadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST foram esclarecidos e desmistificados por alguns professores da escola, os quais conheciam a realidade do movimento.

Percebia-se que, à medida que a população da Chapada tomava conhecimento dos porquês da existência daquele Movimento, modificavam seus modos de pensar e demonstravam maior conscientização sobre os seus direitos, bem como reclamavam o dever do Estado em garantir condições dignas de vida e sobrevivência aos moradores da Chapada. As crianças já não se referiam mais ao movimento dos moradores como algo que lhes colocaria em perigo, e até as crianças com menos idade passaram a demonstrar preocupação com a terra, moradia e o bem-estar do povo da Chapada. Relatavam o cotidiano de lutas e faziam comparações sobre como era antes da ocupação das terras e como um novo cenário estava sendo desenhado.

É importante ter em mente que o MST visa à alteração da estrutura fundiária e estruturas sociais: seus interesses de classe situam-se no plano estrutural, ou seja, não são interesses apenas reivindicativos, em face da satisfação de necessidades imediatas, conforme coloca Vendramini (2000). Assim, a comunidade passava a enxergar o movimento que ali se fazia presente como algo necessário à ruptura com o agronegócio, ao passo em que percebiam seu papel histórico na luta pela terra e sobrevivência nela. Aos poucos, diante das lutas dos acampados e acampadas, transitavam da consciência ingênua para a consciência crítica, processo que segundo Freire (2019), acontece no desvelamento da realidade pelos sujeitos, que antes a percebiam de forma acrítica e descontextualizada, pouco problematizando as contradições entre opressores e oprimidos. Diante do exposto, é importante dialogar com Vendramini (2000, p. 41) que afirma:

Os movimentos sociais na cidade e no campo, entre eles o Movimento Sem Terra, têm sido uma forma criativa e eficaz de mobilização das populações excluídas do processo produtivo e político. [...] Sempre apresentam um viés educativo, por favorecem o

aprendizado prático da união e organização dos trabalhadores e a apreensão crítica de suas condições de vida e trabalho.

Corroborando com o pensamento da autora supracitada, havia naquelas ações um caráter educativo, uma *práxis*, em que a ação educativa acontecia a partir da articulação teoria e prática, subjetividade e objetividade, tendo a realidade social como ponto de partida e de chegada no processo de construção do conhecimento, fruto do pensamento reflexivo de sujeitos historicamente situados. Tratava-se de ação e reflexão para a transformação social.

Na concepção de Barbosa (2015), o MST e outros movimentos sociais latino-americanos possuem um projeto educativo-político que se desenvolve a partir da *práxis* que é, nas palavras da autora: “un verdadero espacio de reflexión epistémica y de producción de saberes que les permite avanzar en una crítica coyuntural con respecto a las problemáticas económicas, políticas, socio-culturales y ambientales que asolan la región (...)” (Barbosa, 2015, p. 26). Ou seja, no âmbito do processo de resistência e luta por direitos, constroem-se aprendizados e reflexões que contribuem diretamente para a emancipação humana, a qual representa “un nivel más elevado en el que se consolida una nueva sociabilidad, en la cual son dislocadas las formas de dominación político-económica y cultural, sobre todo aquellas que están diseñadas desde lo externo y lo ajeno de cada sociedad” (Barbosa, 2015, p. 30).

Destarte, a partir das contribuições da autora supracitada, pode-se perceber que o Acampamento Zé Maria do Tomé é mais que um espaço de luta e resistência. trata-se de um lócus onde se constroem alternativas para um novo projeto de sociedade, ao passo em que se constituem, na mesma medida, os saberes necessários à emancipação humana.

Nesta perspectiva, parte-se de um “aprendizado prático de como se unir, se organizar, participar, negociar e lutar, além da elaboração de uma identidade social, de uma consciência de seus interesses e direitos” (Vendramini, 2000). Portanto, todas as suas reuniões, marchas, atos públicos, etc. são considerados pela autora momentos educativos e de formação política. Aí está a *práxis* no MST, especificamente no Acampamento Zé Maria do Tomé.

Estes aprendizados não advinham do ambiente escolar: ocorriam no cotidiano do Acampamento e na socialização da comunidade, tendo característica de educação não-formal. De acordo com Gohn (2001, p. 101),

Um dos supostos básicos da educação não-formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos

previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema.

O pensamento de Gohn (2001) é fundamental para a compreensão das várias facetas da educação, esteja ela institucionalizada ou não. Brandão (2007, p. 7) complementa esta posição quando afirma que “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar”. O pensamento do autor denota a existência do fenômeno educativo externo ao ambiente escolar, ou seja, a educação não-formal, que naquele contexto apresentava-se como educação popular.

Com a Lei 9394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pode-se abrir espaço legal para se contemplar a educação não-formal como objeto de estudos. Na referida Lei, define-se que a educação “abrange [...] processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL/LDBEN, art.1º,1996). Ou seja, no caso em questão, a prática educativa se dava dentro dos movimentos sociais, no seio das lutas e na socialização desses saberes com as comunidades.

Quando acontece no âmbito dos movimentos sociais, a educação exprime nas lutas dos sujeitos o fenômeno educativo de conscientização. Para Freire (2019), a partir de uma educação problematizadora, busca-se a conscientização da população, dando-lhe oportunidade de pensar o mundo e agir sobre ele, refletindo sobre as adversidades enfrentadas e buscando organização para superá-las. De acordo com Gohn (1995), esta forma de educação:

[...] designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.

A educação não-formal presente no Acampamento Zé Maria do Tomé pode ser percebida a partir da atuação dos sujeitos no cotidiano de trabalho, luta e resistência da Chapada do Apodi, onde os princípios de conscientização política encontram-se presentes desde então.

A dimensão política nestas ações se evidencia na necessidade de problematizar a dinâmica social que se estabelece no campo, no contexto da realidade brasileira, bem como as demandas que surgem a partir dos sujeitos sociais e sua condição humana de vida no campo. Nesse tecido social, se constroem saberes e visões de mundo que fundamentam a reflexão sistematizada pelo esforço de reflexão e compreensão da realidade (Almeida & Carvalho, 2012).

Em reuniões com moradores das comunidades Santa Maria, Cabeça Preta e Tomé, nos anos de 2016 e 2017, evidenciou-se que os sujeitos apresentavam posicionamento crítico frente às questões referentes à saúde dos trabalhadores e moradores dos referidos locais, bem como os direitos sociais negados pelo governo local, como moradia e educação de qualidade. São estes aspectos que denotam ao movimento o percurso da educação popular, marcada pela “consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção (s) de mundo e sobre o mundo; a contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade” (Gohn, 1995). Ao mesmo tempo, é um processo educativo inserido nos marcos da educação do campo, tendo em vista que está associado à realidade vivenciada por seus sujeitos, os quais atuam numa perspectiva crítica ao projeto de desenvolvimento implantado na região por ações governamentais que fortalecem o avanço do capital internacional do agronegócio e enfraquecem o vínculo dos camponeses com o território, logo promovem des-envolvimento. De acordo com Cruz (2014, p. 5):

Os movimentos sociais, com seu caráter educativo, modificaram significativamente a relação entre assistência e direitos sociais no Brasil. Para isto, instalaram valores e princípios de uma cultura política participativa, multiplicando-se por todo o país e construindo uma vasta teia de organizações que se mobilizam em torno da conquista, da garantia e da ampliação de direitos, quer contra a exploração do trabalho e especulação imobiliária, quer em oposição às mais diversas formas de discriminação como as de gênero e raça, estabelecendo novas relações com a natureza, saúde e trabalho.

Desta forma, pode-se perceber que os sujeitos envolvidos no Acampamento denotam em sua atuação aspectos da educação popular. Maria da Glória Gohn destaca que, embora aconteça em ambientes externos ao escolar, a educação popular não desconsidera os conteúdos do currículo, traz uma formação para o exercício da cidadania. Assim, os saberes populares fundem-se com a produção teórica existente na academia.

No ensejo, é relevante mencionar um fato ocorrido durante a ocupação do PIJA, em 2014. Em dado momento da ocupação, com sacos de areia, os acampados impediram a passagem da água no canal que passa por dentro do Perímetro Irrigado e abastece as empresas de produção de monocultivos de frutas. O objetivo era pressionar as autoridades e dar visibilidade à ocupação. O que chamava atenção era que ali havia duas formas de saber: o saber popular (“colocando areia a água não passa”) e o saber acadêmico (a areia é impermeável), que aliados, contribuíram na prática de resistência daqueles cidadãos. Assim, de acordo com Gohn (2005, p. 98-99), a educação não formal “designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados”. No caso em questão, o conhecimento historicamente acumulado foi socializado/apreendido fora do ambiente escolar, apresentando sua aplicabilidade ao cotidiano com vistas à contestação do *status quo*. Estava ali o diferencial.

3.2. "Essa luta é nossa, essa luta é do povo, é só lutando que se faz um Brasil novo!"

A organização dos moradores da Chapada do Apodi não poderia ter maiores resultados caso não houvesse o apoio de entidades ligadas ao Movimento 21 e ao MST, como citado inicialmente. Dentre os vários parceiros do M21, neste trabalho fazemos destaque a docentes e discentes da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará em Limoeiro do Norte. Nesta instituição, funciona o Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO, ligado ao curso de Pedagogia, que vêm modificando o modo de fazer o ensino superior no Vale do Jaguaribe, atuando junto às 120 famílias acampadas, através projeto de extensão *Educação do campo, escola e organização da cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana*.

O referido projeto objetiva fortalecer a luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que resistem no Acampamento Zé Maria do Tomé e consiste em um trabalho interdisciplinar realizado entre os cursos de Pedagogia, História e Geografia,

abordando currículo, diversidade, gênero, luta pela terra e território, escola, meio ambiente e vida na Chapada do Apodi.

Em momentos iniciais, o grupo esteve presente junto aos acampados e acampadas a fim de identificar seu perfil e principais demandas, bem como ouvi-los sobre quais contribuições esperavam da equipe. Não obstante, interpelam-se os saberes populares com a produção acadêmica ou, como afirma Carvalho (2013, p. 257), “[,,] a partir da elaboração de saberes entre os vários movimentos sociais e os grupos de pesquisa, com professores e alunos universitários se descortina um fazer científico diferenciado, crítico e atuante”, que contribui à formação crítica dos sujeitos do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Neste quesito, é importante mencionar a contribuição dos envolvidos neste projeto com vistas à capacitação dos acampados e acampadas que apresentaram como demanda inicial a formação em agroecologia. Oliveira (2016), em seu trabalho de dissertação, desenvolvido no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino - MAIE/UECE, contribuiu nesse processo com o minicurso intitulado “Construindo a Transição Agroecológica”, o qual teve como objetivo proporcionar aos sujeitos do Acampamento o contato com os princípios da agroecologia e discussões a respeito da transição agroecológica. Em 2019, houve uma formação voltada à permacultura, ministrada pela professora Brisa Cabral, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE.

Outros fatos importantes a serem mencionados dizem respeito à realização das Feiras de Transição Agroecológica, que acontecem semanalmente na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte ou na FAFIDAM/UECE, quando requerido, espaços onde comercializam alimentos e produtos oriundos do Acampamento; a Feira das Mulheres que acontece mensalmente na Comunidade do Tomé, momento que as acampadas utilizam para expor e vender as produções advindas dos seus quintais produtivos. Dos seus saberes, resultam produtos à base de alimentos como xaropes, doces, molhos, etc, e ainda produtos artesanais como peças feitas em crochê.

E por fim, fruto de momentos de formação com caráter educativo e político, nasceu o grupo de mulheres “Mãos que Criam”, composto em sua totalidade pelas mulheres acampadas, unidas em momentos de interação e organização das atividades referentes à Feira das Mulheres. Percebe-se o rompimento com as barreiras do patriarcado presentes na sociedade como um todo e a inserção das mesmas na luta por terra e território na Chapada do Apodi. Se antes encontravam-se em situação de imersão de consciências e detidas ao lar, atualmente estão presentes nos atos de resistência às tentativas de reintegração de posse ou

nos momentos de formação política. Do abstrato ao concreto, buscando a superação das relações de opressão.

Todas as atividades desenvolvidas no Acampamento, mencionadas neste ensaio, contribuem diretamente para o processo de (trans)formação dos acampados. É perceptível, que as ações desenvolvidas denotam um fenômeno educativo e proporcionam aos envolvidos uma formação crítica e política, afinal, “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (Brandão, 2007, p. 9).

Cabe salientar que a educação não-formal não se opõe ao modelo formal de educação, ao contrário, conforme afirma Streck (2006), é necessário reduzir a barreira que existe entre as duas modalidades de ensino supracitadas, para que assim, se reconheça a importância das práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais e pelos sujeitos sócio-históricos.

4. Para terminar, sem concluir...

Caminhando para as considerações finais, não seria redundante salientar que, diante destas ações, existe um fenômeno educativo: construção de saberes, aprendizados e conscientização. As discussões realizadas até aqui dão conta de um contexto de luta pela terra, que incide diretamente na tentativa de modificação do cenário de hegemonia pelo Agronegócio. Paulatinamente, constrói-se outro cenário, com resistência e atuação dos sujeitos históricos daquelas comunidades na perspectiva de fazer a Reforma Agrária. Não apenas a concessão de terras, mas condições de sobrevivência nela: como propriedade jurídica, crédito, equipamentos, sementes e infraestrutura, como saúde, educação e assistência técnica.

Partindo destas ações, vê-se o quão importante é a aproximação entre universidade e comunidade, uma vez que o ensino superior deve atender ao tripé ensino, pesquisa e extensão, a fim de possibilitar a construção de saberes articulados às práticas sociais de sujeitos que politizam, sonorizam e narram suas pautas. Assim, a luta que os acampados e acampadas estão a desenvolver vem ganhando repercussão e arrisca-se afirmar que tem se tornado a luta de todos, que depende de todos e deve envolver a todos.

Por fim, este estudo soma-se a diversos outros que enfocam o fenômeno educativo nas lutas de homens e mulheres da Chapada do Apodi, a exemplo das construções de Brito (2017)

e Silva (2019), todavia, merece aprofundamentos acerca das nuances deste processo do ponto de vista da produção agroecológica, da juventude rural e das crianças acampadas.

Referências

Almeida, J. P. G. de, Carvalho, S. M. G. de, Oliveira, D. N. da S., & Nunes, L. C. de F. (2020). *Juventude rural e escolarização: da negação de direitos às possibilidades de resistência na Chapada do Apodi-Ceará*. Research, Society and Development, 9(8), e206985537. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5537>.

Almeida, J. P. G. & Carvalho, S. M. G. (2016). Movimento 21 (M21): *Novas experiências de educação do campo e não-formal na Chapada do Apodi- CE*. Encontros de Pesquisa - UNIFOR, Fortaleza. Disponível em: <<https://goo.gl/ZFmiA0>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

Barbosa, L. P. (2015). *Educación, resistencia y movimientos sociales: a praxis educativo-política de los sin tierra e los zapatistas*. México: Colección Investigación Doctoral.

Brandão, C. R. (2007). *O que é educação?*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Brito, A. T. S. (2017). *Práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST no processo de (trans)formação das famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé/Chapada do Apodi - CE*. Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Limoeiro do Norte, CE, Brasil.

Carvalho, S. M. G. (2013). *Movimento 21: Aprendizados em novas formas de resistência social à lógica do mercado*. In: Palhares, J. A & Afonso, A. J. (Orgs.). Braga, Portugal: Universidade do Minho.

Carvalho, S. M. G. & Almeida, J. P. G. (2016). Movimento 21 (M21): *Novas experiências de educação do campo e não-formal na Chapada do Apodi- CE*. Encontros de Pesquisa - UNIFOR, Fortaleza. Disponível em: <<https://goo.gl/ZFmiA0>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

Cavalcante, L. V. (2019). *As firmas tomaram conta de tudo: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE*. Tese de doutorado em geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Cruz, J. A. (2009). *O movimento social e a escola: da criação passada à invenção necessária*. EccoS – Revista Científica. 11(1), 57-75.

Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freitas, B. M. C. (2010). *Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará*. Dissertação de mestrado em geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Gohn, M. G. (2005). *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez.

Gohn, M. G. (2001). *Educação Não-Formal e Cultura Política*. São Paulo: Cortez.

Gohn, M. G. (1995). *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. São Paulo: Loyola.

Lima, L. C; Vasconcelos, T. S. L. & Freitas, B.M.C. (2011). *Os Novos Espaços seletivos no Campo*. Fortaleza: EdUECE.

Oliveira, M. J. A. F. (2016). *Educação, trabalho e resistência da agricultura familiar camponesa na Chapada do Apodi – Ceará*. Dissertação de mestrado em educação e ensino, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil.

Sampaio Jr, P. A. (2012). *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. Serviço Social e Sociedade. 11, 672-688.

Silva, M. N. (2019). *Aprendizados e Insurgências das mulheres na luta pela terra*. Dissertação de mestrado em educação e ensino, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil.

Silva, M. L. V. (2014). *Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Streck, D. R. (2006). Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras. *Séries-estudos*. 11(22), 99-111.

Vendramini, C. R. (2000). *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

João Paulo Guerreiro de Almeida - 20%

Lunian Fernandes Moreira - 20%

Ângela Thaís da Silva Brito - 20%

Sandra Maria Gadelha de Carvalho - 15%

José Ernandi Mendes - 10%

Diana Nara da Silva Oliveira - 15%